

que não pode deixar de preocupar o historiador, consentir que o leitor tenha a possibilidade de, por si próprio, chegar à fonte de onde tudo nasceu. E o que sucederia à História se todos optássemos por começar a escrevê-la sem fornecermos, no momento exacto e com rigor, as fontes que compulsámos? Na prática, ao optar por um uso contido do aparato crítico, Vainfas colocou a sua narrativa, por vezes, num registo próximo do romance histórico. Perigosamente vizinho do romance histórico. Assim o entendo eu, apesar de admitir que a fórmula possa propiciar uma leitura mais agradável do texto. É, todavia, uma concessão que comporta perigosos riscos, para a História, entenda-se. E, por essa via, para os próprios historiadores. Não será uma forma de autofagia?

José Pedro Paiva

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da U. C.

lejpaiva@fl.uc.pt

PELÚCIA, Alexandra – *Corsários e piratas portugueses. Aventureiros nos Mares da Ásia, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010, 213 p.*

Entre os objectos privilegiados na produção cultural do século XXI estão a pirataria e o corso. Práticas que atravessam a longínqua Antiguidade até ao presente – vejam-se os ataques na costa da Somália – tanto em águas ocidentais, como orientais, a pirataria e o corso encontram manifestações na literatura, em obras como *A Ilha do Tesouro* e *O Corsário Negro*, no cinema, com o êxito de *Os Piratas das Caraíbas*, cujo sucesso levou a um recente quarto filme da série, e até no léxico adaptado às modernas realidades tecnológicas, do qual o termo *pirataria virtual* e o famoso website *Piratebay.org* são exemplos. Porém, apesar da projecção no domínio do entretenimento, esta temática não tem merecido tanta atenção por parte dos historiadores, pelo que o estudo em apreço é trabalho inovador no campo da historiografia.

A autora exerce funções de docência na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, desde 2001, nas áreas de História da Expansão Portuguesa e História da Ásia. É também investigadora

integrada e membro da direcção do Centro de História de Além-Mar, e assumiu, desde 2008, a coordenação científica da *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa, Séculos XV-XVIII* (www.cham.fcsh.unl.pt/eve). O livro insere-se nas áreas da sua especialização e teve a sua génese na tese de mestrado *Curso e Pirataria: Presas Portuguesas no Golfo de Bengala (1516-1666)*, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em 1998.

Quanto á estrutura, a obra abre com uma elucidativa Introdução, seguida por três partes, sendo cada uma subdividida em capítulos – três na primeira parte e dois nas restantes. A finalizar um robusto corpo de anexos (listas dos vice-reis e governadores do Estado da Índia, reis do Arracão e imperadores mongóis), e o elenco das fontes e bibliografia. Não é de menosprezar também a excelente ilustração inserida na capa, do salteador Bartolomeu Português, e das imagens que se encontram a meio do livro.

Na Introdução a autora sugere que em Portugal, ao contrário da historiografia internacional, “o estudo das práticas do curso e da pirataria nunca teve uma expressão autónoma saliente” (p. 15), sendo que certos estudiosos – como Vitorino Magalhães Godinho e Luís Adão da Fonseca – estudaram o assunto dentro de uma análise geral dos problemas que afectaram os interesses portugueses, enquanto outros (como Luís Filipe Thomaz) contribuíram para o relançar. Apesar de escassos, todos tendem, com algumas excepções, a privilegiar os portugueses mais como vítimas da pirataria do que como praticantes.

São apontadas duas ordens de razão explicativas para esta fraca produção: a “subsistência de uma visão um tanto ou quanto idealista da expansão portuguesa” (pág. 16), através da permanência da ideia de que figuras como Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral e Afonso de Albuquerque, entre outros, teriam sido somente descobridores e conquistadores ao serviço da coroa, ignorando-se as suas acções de curso. Em contraposição a historiografia indiana considera que a expansão marítima portuguesa na Ásia teve como móbil um conjunto de acções de pirataria que vieram perturbar a harmonia local, como defende Odayamadath Kunjappa Nambiar. Na mesma ordem está implícito a noção geral de que havia uma pirataria a que se dedicavam portugueses de baixa condição social, e que estavam à margem do controlo

do Estado da Índia; ideia que ganha relevo devido a Fernão Mendes Pinto – autor da famosa obra *Peregrinação* – que não passa de uma excepção.

Quanto à segunda razão, Alexandra Pelúcia lamenta a reduzida quantidade de fontes para o estudo das actividades de depredação marítima levadas a cabo pelos portugueses na Ásia, acrescentando a natureza diversa dessas fontes e a sua dispersão. Porém, a informação é suficiente para traçar um quadro explicativo, dotado de clareza e coerência interna, sendo esse o objectivo da autora.

A primeira parte da obra encontra-se subdividida em três capítulos e foca-se nos corsários d’el-rei, o seu espaço de acção, a sua organização, e como isso foi fundamental para a afirmação da presença lusa em águas asiáticas, numa fase inicial. Esta parte principia com um relato da chegada dos portugueses ao Índico e o desenvolvimento das relações com as comunidades locais. A competitividade pelo comércio da pimenta com os muçulmanos e a influência que estes tinham sob os potentados Hindus levou à adopção de uma atitude hostil por parte dos portugueses, sendo paradigmática a situação que Pedro Álvares Cabral enfrentou em Calecut, cidade que ordenou fosse bombardeada após um ataque muçulmano à feitoria portuguesa ali instalada.

Confrontados com um cenário hostil aos seus interesses, os portugueses procuraram afirmar-se no Índico através da violência marítima: a concessão de cartazes (salvo-condutos) aos aliados foi uma das formas de afirmar uma talassocracia no Índico. Contudo, a guerra de corso não era novidade para os portugueses, que levaram para o Índico o que já praticavam em águas atlânticas e mediterrânicas no século XV, pelo que já havia políticas quanto às acções de corso e repartição do espólio das presas – políticas exploradas minuciosamente ao longo do segundo capítulo, providenciando uma noção inteligível do funcionamento do sistema corsário e a sua exploração pelo Estado da Índia.

No que toca ao Índico a autora refere que – ao contrário do que defendem certos autores, grande parte pertencendo à historiografia indiana – os portugueses não vieram inaugurar uma era de violência marítima. Opinião que partilhamos, tendo em conta a longa história marítima do Índico e dos potentados que ali lutaram por uma hegemonia marítima. Contudo, a presença portuguesa poderá ter inaugurado uma nova era de fazer a guerra, caracterizada pela introdução de novas tecnologias militares e náuticas.

No tocante a zonas preferenciais das acções corsárias o Mar Vermelho apresenta-se como a principal. A presença muçulmana e as riquezas provenientes das rotas marítimas que ali convergiam levaram a que a coroa investisse mais nas acções corsárias, tornando a fiscalização das portas do Mar Vermelho – golfo de Adém e estreito do Bab-el-Mandeb – uma prática corrente. Se, por um lado, os corsários d’el-rei beneficiavam da honra no que toca à luta contra o infiel, por outro também tiravam grande proveito do saque das presas.

No golfo de Bengala a presença corsária foi menor por diversos motivos: escassa presença muçulmana, vontade de relações diplomáticas pacíficas com os diversos potentados estantes na zona e maior iniciativa privada por parte dos portugueses na região – o que levou George Winius a denominar de “império-sombra”, que corresponde a “um processo sistemático de domínio político-territorial ou marítimo-territorial, que tivesse sido encetado por súbditos portugueses, à margem do Estado da Índia, mas que nunca teve qualquer dimensão real” (p. 55). A autora contesta a denominação, defendendo que os particulares obedeciam a uma série de critérios – localização e articulação com as redes de comércio – quando fundavam uma nova colónia, ou se instalavam em localidades preexistentes.

A primeira parte finaliza com um capítulo dedicado à entrada dos Neerlandeses na Ásia marítima e o seu embate com os portugueses. Nesse capítulo apresentam-se razões do conflito que levaram os portugueses de predadores a presas.

A segunda parte – intitulada *Apresamentos no fio da navalha: Corso ou pirataria?* –, centra-se na problemática da definição/distinção de pirataria e corso e no estudo da acção dos que a praticaram. Os termos “corso” e “pirataria” eram utilizados pelos cronistas e outros agentes das navegações portuguesas, equivocadamente para referirem investidas depredatórias, sem assumirem uma distinção concreta de cada um dos termos. Tal sucedia devido ao significado idêntico das palavras *peiratés* e *cursus* que designavam “aquele que procurava fortuna no mar” (pág. 84). Apesar do uso indiscriminado dos termos para designar as acções de depredação, já existia uma noção jurídica na época que distinguia o legal do ilegal, ou seja, o corso da pirataria.

Dentro desse quadro de distinção entre legal e ilegal, as directivas da Coroa nem sempre eram cumpridas: desde os desvios do quinto para proveito dos

capitães das armadas, dos quadrilheiros e dos escrivães das presas; ao ataque a embarcações providas de cartazes de salvo-conduto; e também às missões subvertidas por iniciativa dos oficiais das embarcações, com vista à obtenção de riqueza. Essas práticas “contribuíam para a confusão reinante entre os estatutos de corsários e piratas, mesmo que nunca se tivessem assumido como rebeldes ou viessem a ser penalizados pelos seus excessos” (pág. 93).

O proveito que se poderia alcançar através de um assalto marítimo, aliado à honra na luta contra o infiel serviu de estímulo para a nobreza não-titulada, secundogénitos e bastardos essencialmente, que embarcava para o Oriente com sonhos de ascensão social. Essa nobreza nem sempre sofria uma punição severa – em comparação com os gentis-homens – quando praticava abusos. Isso sucedia devido ao princípio da desigualdade social característica do Antigo Regime. Quando os nobres transgrediam a fronteira da legalidade – abandonando o serviço ao rei – na procura de maior proveito eram denominados de “levantados”. Datam do período do governo de Lopo Soares da Albergaria as primeiras ocorrências de sublevação – nomeadamente de Jerónimo de Sousa, João Fidalgo e Simão de Brito Patalim. A autora salienta, quanto à reintegração social desses “levantados” de origem nobiliárquica, que “nunca deixavam de pertencer por completo a um grupo de elite, daí que a recuperação do antigo estatuto privilegiado lhes fosse quase sempre permitida”. Opinião acertada. Julgo, todavia, poder acrescentar que o prestígio alcançado por esses “levantados” pelo seu sucesso em várias surtidas terá contribuído para o perdão e reintegração desses nobres ao serviço d’el rei.

A terceira e última parte do livro é reservada aos que estavam, segundo a sugestiva intitulação, *Longe da alçada do Estado português da Índia*. Os nobres constituíam uma parte menor daqueles que aderiam à deserção do serviço real; a esmagadora maioria era composta por soldados de baixa condição social que eram confrontados, quando chegados à Índia, com uma série de adversidades, entre as quais a falta de meios de sustento e baixos pagamentos. Nestas circunstâncias, a adesão à pirataria responderia muitas vezes à única hipótese desses soldados se livrarem da penúria e atingirem as suas ambições pessoais de fama.

Das zonas de acção dos levantados portugueses, Alexandra Pelúcia dedica especial atenção ao golfo de Bengala. A região apresentava-se como

um “paraíso” para os levantados portugueses devido à falta de fiscalização por parte da coroa e às suas riquezas. Foi nesse palco recheado de afluentes dos rios Ganges e Bramaputra que actuaram os *Feringis*, salteadores portugueses que tinham as suas bases na “zona oriental de Bengala, a sueste das bocas do Ganges, com o fito de investir sobre o tráfego mercante e as povoações ribeirinhas” (pág. 125). Muitos desses levantados foram alvo da atenção das autoridades do reino do Arracão, as quais souberam aproveitar os seus conhecimentos para proveito militar contra a ameaça mongol: a presença portuguesa foi essencial para a modernização técnica dos exércitos, construção de infra-estruturas defensivas e acções de depredação marítima a um inimigo que não dominava pelo mar. Segundo a autora, o curso, “assimilado a uma luta de guerrilha, era, portanto, o tipo de luta mais eficaz de que o Arracão dispunha para os enfrentar (os mongóis), tanto pela supremacia lusa nas lides marítimas, como pela sangria económica e pelo desgaste psicológico infligidos” (pág. 128).

Os laços que uniam os *feringis* e o reino do Arracão nem sempre foram estáveis. Exemplo disso são certos episódios de perseguição a comunidades portuguesas residentes em Chatigão e o massacre em Dianga, que foi um “acto de prevenção e de retaliação contra eventuais aspirações de Filipe de Brito de Nicote de controlar o Arracão” (pág. 129). O historiador Sanjay Subrahmanyam afirma, numa dinâmica denominada “a cauda abana o cão”, que homens como Domingos Carvalho (conquistou a ilha de Sundiva) e Filipe Brito de Nicote foram explorados pelo Estado da Índia para que expandissem o seu poder, em nome da Coroa.

Apesar de ser um livro relativamente curto (cerca de 213 páginas, incluindo os anexos), o leitor depara-se com uma vasta temática abordada sob diversas perspectivas, fruto de uma laboriosa investigação. A capacidade (e qualidade) de escrita da autora é uma das características mais cativantes da obra; a utilização de uma narrativa descritiva em muitas partes, digna de um bom romance, permite imaginar com segurança a evolução de um assalto marítimo desde à intercepção de uma embarcação, até ao momento da sua derradeira rendição – os episódios descritos do *O ataque à nau Miri* e *A perda da nau Santa Catarina* são, a esse título, exemplares. Toda a narrativa é fundamentada com a utilização de fontes de vária natureza: desde os tradicionais documentos de arquivo, às da bibliografia sobre o tema.

Há assim um equilíbrio entre uma narrativa inteligível – coerente, fluida e cativante – e uma objectividade científica, com a devida utilização de uma linguagem apropriada, tarefa difícil de concretizar e que torna a leitura dos textos acessível a um público mais alargado.

Pedro Ricardo da Silva Santos

Aluno do 1º ciclo em História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

prssotnas@gmail.com

PROSPERI, Adriano – *Dar a alma. História de um infanticídio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 e *Dare l'anima. Storia di un infanticidio*. Torino: Einaudi, 2005.

DAR A FACA. HISTÓRIA DE UMA LÂMI(N)A:

*Duas assonâncias, dois sinónimos, uma metonímia?**

Não é simples apresentar o denso e articulado estudo de Adriano Proserpi, publicado em Italiano em 2005, e editado no ano passado em Português, respeitando o título no idioma de origem: *Dare l'anima. Storia di un infanticidio*. Como outros inovadores trabalhos publicados pelo Autor (Professor de História da Reforma e da Contra-Reforma da Scuola Normale Superiore di Pisa) na Einaudi, também neste caso é um episódio truculento a fazer de prelúdio a um livro tripartido (*A história; Os actores: pessoas e não pessoas; A justiça*) e particularmente atento aos actores principais e não protagonistas.

Trata-se de uma aliciante leitura também nesta versão traduzida por Federico Carotti, e da minha parte tive várias sugestões, digamos histórico-filológico-lexicais, que salientei já na titulação desse percurso, no qual utilizo aliás material iconográfico. O incisivo título do texto editado pela Companhia das Letras *Dar a alma. História de hum infanticidio* mudei-o – alquimia da linguagem – para *Dar a faca. História de uma lâmi(n)a. Duas assonâncias, dois sinónimos, uma metonímia?*

* Desejo expressar o meu agradecimento mais profundo ao Professor José Pedro Paiva que me deu a ocasião de apresentar esta proposta de leitura num seminário do 3º ciclo em Altos Estudos em História na Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.